

2021

X Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Atores, Ativos
e Instituições:
O Desenvolvimento
Regional em perspectiva



Dias 15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul

A DOCÊNCIA, O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA FRONTEIRIÇA FRENTE AO IMPACTO DA COVID-19

Eva Terezinha Ferreira Jornada
Mestranda de Políticas Públicas
UNIPAMPA, campus São Borja/RS.

RESUMO

Ao iniciar-se este solicita-se permissão de pautar a conjuntura global, delimitando-se em elencar o contexto em que os sujeitos continuam inseridos nesse cenário. Nesse clima em que a coletividade está inerte. E sem perceber ela vai dividindo-se aos poucos sem entender quem tem o paradigma da verdade. Alguns seres sensibilizam-se diante desse momento ímpar, no qual esse vírus continua emplacar devorando a humanidade. A pauta central desse é dialogar sobre: A Docência, o Desenvolvimento Regional, a Diversidade Linguística Fronteiriça Frente ao Impacto da Covid-19. Expõe-se o problema para se refletir sobre ele: Por que será que o espanhol não foi contemplado para ser estudado como Língua Estrangeira, desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Instituições Públicas fronteiriças? Pontua-se o objetivo geral que é o seguinte: Reconhecer a importância de demandas das políticas públicas educacionais, com ênfase na diversidade linguística, para que estudantes possam compreender ambos os idiomas. Apresenta-se como recorte espacial as cidades gêmeas São Borja/Brasil e Santo Tomé/Argentina. Tendo como recorte temporal o ano de 2021. Como procedimentos metodológicos apresenta-se a pesquisa bibliográfica, a documental e a abordagem argumentativa. Diante dessa pandemia é possível verificar a dificuldade que há para que haja desenvolvimento regional entre as municipalidades, visto que as fronteiras estão fechadas. Apenas continuam a trafegabilidade de caminhões que levam ou trazem mercadorias. A falta de oportunidade de diálogos entre o Comitê Internacional Fronteiriço faz adiar as pesquisas, os colóquios e separa mais os dois países pela burocracia.

Palavras chaves: Diversidade Linguística. Docência. Desenvolvimento Regional. Pandemia. Educação.

INTRODUÇÃO

Pretende-se versar no campo de demandas de políticas de saúde, porque diante da imensa complexidade, que se observou desde a esfera federal, estadual e municipal muito tem de aprender-se com a tomada de decisão do âmbito governamental nacional, estadual e local, pois percebeu-se um negacionismo, isto é, muitas pessoas passam a criticar a veracidade da comunidade científica. Entretanto, não teria como iniciar a dialogar diretamente sobre o fenômeno da pesquisa sem antes fazer um relato sucinto da questão pandêmica a qual faz com aprendizes permaneçam em casa realizando as atividades de Ensino Remoto Emergencial, enquanto outros vão à escola. Foi também apontado o entendimento¹ que temos de que a Portaria Conjunta SES/SEDUC 01 é bastante específica às instituições de Educação Básica. Constata-se que o Governo do Estado montou um Guia para Implantação das Medidas de Prevenção e Controle da COVID-19 nas Instituições de Ensino e solicita ampla divulgação do mesmo junto aos COE-E Locais (Centro de Operações de Emergência em Saúde).

Analisa-se que a partir dos cuidados que foram especificados e sugeridos pelo governo estadual do RS, as escolas municipais atendendo os protocolos estão enviando material físico, pelas instituições municipais. Enquanto a rede estadual oferta conteúdos programáticos por meio da Plataforma Classroom, enviam orientações de reuniões ou das aulas síncronas por meio do grupo no WhatsApp ou oferta xerox para uma minoria, que não tem acesso à educação digital por meio de tecnologias. Por isso após essa breve explanação inicial procurar-se-á focar no objeto principal de estudo, que versa na área de educação. E tem como ponto de partida a seguinte indagação? Qual é a relevância de dialogar sobre a diversidade linguística fronteiriça, nas instituições públicas?

Instiga-se o tema deste que é o seguinte: A Docência, o Desenvolvimento Regional, a Diversidade Linguística Fronteiriça ao Impacto da Covid. Apresenta o seguinte problema para se refletir sobre ele: Por que será que o espanhol não foi contemplado para ser estudado como Língua Estrangeira, desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Instituições Públicas Fronteiriças? Pontua-se o objetivo geral que é o seguinte: Reconhecer a importância de demandas das políticas públicas educacionais, com ênfase na diversidade linguística, para que estudantes possam compreender ambos os idiomas.

¹ Sabe-se que no dia 01.12.20 esteve reunida com representantes da 7ª Coordenadoria Regional de Saúde e Secretaria Estadual da Saúde, ocasião na qual foram elencadas e amplamente discutidas as incumbências dos COE-E Locais, bem como outras questões pertinentes à presencialidade nas unidades.

Justifica-se esta escolha temática, primeiramente, pela necessidade de ressaltar que a diversidade linguística é uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento regional fronteiriço, econômico, cultural e educacional na municipalidade são-borjense. Porque São Borja, anteriormente foi uma Missão jesuítica-guarani, hoje uma municipalidade com muito potencial para desenvolver-se economicamente e social, na fronteira. Por conseguinte, algumas contribuições ficaram impregnadas na arte, na cultura, no idioma e na educação, até mesmo depois que os padres jesuítas espanhóis foram expulsos desse território brasileiro, como consequência do Tratado de Madri, em 1750. A partir daí as pessoas que permaneceram nesse território começaram a escutar o idioma português que falavam os novos conquistadores portugueses, mesclando com as línguas que já usavam.

A fim de obter-se uma melhor compreensão dos resultados e das discussões em relação ao tema propõe-se em analisar alguns conceitos, dimensões e indicadores a fim de embasar-se teoricamente o artigo. Cujas finalidades é provocar uma reflexão a fim de encontrar respostas às indagações. Compreende-se que as municipalidades têm em comum o rio Uruguai, que ajudou os ancestrais, isto é, os povos originários guaranis e os padres jesuítas espanhóis atravessarem-no e virem fundar a Redução São Francisco de Borja. Ambas apresentam alguns resquícios de heranças missioneiras. Sendo que foi fundada em 1682 pelos padres jesuítas espanhóis. São Borja é considerada a “primeira dos Sete Povos das Missões”, de acordo com o pesquisador (PINTO, 2010). Os autores destacam que:

A instalação das Reduções Jesuítico-Indígenas o final das Missões e a constituição dos processos de colonização dos países Ibéricos a consolidação da estância como espaço socioeconômico; a construção de obras de infraestrutura nas margens do rio Uruguai (PINTO et al., 2020).

Uma hipótese surge daí a diversidade linguística conhecida, hoje, porém pouco perceptível pelas pessoas residentes na fronteira são-borjense. Saliencia-se que com o passar dos séculos nesse espaço fronteiriço o rio Uruguai foi palco de disputas territoriais, guerra do Paraguai, contrabandos... Ele é um elemento estratégico e geográfico, ou seja, diferencia a municipalidade de outras cidades gêmeas pelo fato de a existência do rio e da infraestrutura. E das trocas culturais e linguísticas missioneiras com a municipalidade vizinha. Pelo fato de a municipalidade de Santo Tomé ainda preservar a língua guarani oriunda de ancestralidade e posteriormente o espanhol.

Antigamente, ao longo do contexto social, geográfico, linguístico, histórico, intercultural e político algumas pessoas de São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina) usufruíram-se dessa rota fluvial para realizar relações sociais, econômicas, culturais, linguísticas, religiosas etc. Como por exemplo a Procissão Nossa Senhora dos Navegantes,

que era feita entre os dois povos internacionais até o século passado. PESAVENTO (2002, p. 36) citada por Scherer Junior e Chiappini (2011) mostra a importância do elemento simbólico “as fronteiras, antes de ser marcos físicos ou naturais são referência mental que guiam a percepção e a realidade”. Utilizando-se da navegação atravessavam as fronteiras pelo rio Uruguai. Mesclavam-se com suas lanchas enfeitadas pelas pessoas das duas nacionalidades. Rezavam, cantavam e se alegravam juntas usando o portunhol². Tentavam em meio a procissão compreender o idioma que o outro sujeito utilizava para comunicar-se.

Segundo os autores citados anteriormente (Pesavento, 2002, p.37) diz que: “[...] fronteiras culturais remetem à vivência, às sociedades, as formas de pensar intercambiáveis, ao ethos³, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos, ideias”. Nesse colóquio elenca-se a fronteira a partir de três dimensões, ou seja, vislumbra-se o global, o nacional e o local embora não serão conceituados nesse momento. Argumenta-se que se observa o internacional, o nacional e o regional se relacionando entre si neste espaço fronteiro. Nesse sentido, é preciso “tomar a fronteira como conceito possibilitador para se encontrar novos sujeitos, novas construções, novas percepções de mundo” (PESAVENTO, 2002, p.37). A fronteira não é um sinônimo de delimitação, mas sim um espaço abrangente, que admite a vivência de sujeitos de ambas as nacionalidades com diferentes idiomas.

Consequentemente, como sujeito social, histórico e político, o indivíduo membro de uma sociedade constrói a sua identidade no processo de socialização. E a sua ideia de pertencimento aquele local, demonstrando um sentimento de pertença. A seguir, observa-se o conceito de identidades coletivas: “Todo o trabalho necessário para dar a cada um membro do grupo quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK,1992, p. 2007).

Nesse a prática docente e a diversidade são categorias que são abordadas para que haja uma reflexão desafiadora e intensa. Como docente urge a necessidade de pesquisar-se nesse tema para uma contribuição à sociedade, pois ama-se essa fronteira, sensibiliza-se e sente-se um sentimento de pertença para com ela, desde à infância. “O sentimento de pertencimento a um determinado grupo social, identificando-se com ele, suas características determinam o comportamento de um indivíduo na sociedade” (RANKEL, 2016, p. 207). Usa-se no processo de relações culturais as linguagens como forma de discursos políticos,

² Portunhol se define como uma língua resultante do contato linguístico entre o Português e o Espanhol e é identificada como uma língua de contato, mas também como uma língua étnica de falantes de comunidades fronteiriças <https://periódicos.uff.br/gragoatá/article>

³ A palavra éthos é um substantivo masculino de dois números. 1. Conjunto de costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias, crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região. “o é. Da Antiguidade grega, do povo brasileiro, dos nordestinos”. 2. Retórica (oratória) parte da retórica clássica voltada para o estudo dos costumes sociais. Explicação retirada do Dicionário Definições de Oxford Languages.

públicos, populares, religiosos etc. A língua estabelece uma relação de poder, visto que o idioma de um povo é um bem imaterial e intangível. Na fronteira embora não tenha muita visibilidade há diferentes línguas utilizadas entre os falantes hispânicos. A autora compreende que:

A diversidade diz respeito à variedade, a pluralidade e a diferença. Se analisarmos o contexto em que vivemos é possível perceber que são poucas as coisas não variáveis. Na realidade raras são exatamente iguais. Vivemos em um universo ímpar, isto é, composto de elementos diversos. Estamos rodeados da diversidade biológica, cultural, linguística, religiosa, étnica, musical entre outras. Sendo assim pensar a diversidade na educação significa tornar visível o que está implícito em nossas relações sociais (COSTA, 2018).

Estuda-se que era empregada a diversidade linguística, naqueles tempos, de antigamente, a fim de celebrar um ritual religioso. Ou seja, demonstrar a fé cristã: resquílios da catequese introduzida pelos padres jesuítas espanhóis, que ficou um pouco impregnada nos povos originários fiéis e conseqüentemente nas outras pessoas que cruzavam o rio Uruguai e ficavam por aqui constituindo famílias. A religiosidade ancestral missionária que fez com que a posteridade pudesse ainda encontrar vestígios na música, na poesia, na arte sacra, no cultivo de usar como bebida o chimarrão na comunidade são-borjense. Enquanto tomar tererê, na comunidade de Santo Tomé. Hábitos enraizados nessa cultura local produtos da produção que gera desenvolvimento econômico.

Finaliza-se narrando que atualmente vive-se em uma era contemporânea, com indicativos tecnológicos, científicos e midiáticos cada vez mais velozes, no qual entre o espaço e o tempo, que os separa é o clicar de uma tecla, porém ainda é escassa a literatura sobre esse tema, que será tratado nesse. Alimenta-se a relevância de resgatar a diversidade linguística, de as municipalidades São Borja/ Brasil e Santo Tomé/ Argentina, porque são dois países fronteiriços separados pelo rio Uruguai. Este artigo apresentar-se-á da seguinte forma: Resumo; Introdução; Metodologia; a seção que trata sobre: Um Diálogo frente ao impacto pandêmico apresenta as seguintes subseções: Uma análise reflexiva sobre o comércio formiga; A docência, a diversidade linguística e a política linguística; Considerações Finais e Referências.

2. METODOLOGIA

Buscou-se realizar entrevistas informais com moradores fronteiriços ribeirinhos, (discurso regional), para realizar um conhecimento prévio de como os cidadãos dialogavam no século passado, com os argentinos ao fazer as compras, na época do comércio formiga. Observa-se que havia um desenvolvimento regional e local, no Porto do rio Uruguai. No entanto, para essas análises será dado enfoque a partir de breves conhecimentos conceituais

e dimensões. O recorte temporal é de 2021. Sendo que o recorte espacial se delimita em registrar-se as peculiaridades de as cidades gêmeas fronteiriças São Borja/BR e Santo Tomé/AR. Embasado em um discurso narrativo jurídico e legitimado pelo Decreto Lei 8.636 de 2016 demonstrar-se por meio de metodologias procedimentais esses recortes. Pelo fato de a fronteira estar internalizada em cada cidadão ou cidadã da zona fronteiriça.

Percebe-se que, à concretização desse capítulo como pesquisadora realiza-se pesquisas exploratória”. Em relação à pesquisa exploratória Gil (2008, p. 27): “Tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Além disso utilizar-se-á a pesquisa documental. Para Antônio Carlos Gil (2002), “a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, mas diferencia-se dessa pela natureza das fontes que utiliza”.

A fim de realizar-se essa pesquisa vários caminhos foram necessários para serem percorridos. Utilizando-se metodologias para buscar respostas às indagações que surgiam a partir do desenvolvimento desse capítulo. Percebe-se que a palavra metodologia significa: “[...] estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência aberta à discussão, que procure mais a descoberta da realidade do que sua defesa ideológica, é conquista árdua, é modéstia convicta, é sabedoria profunda” (DEMO, 1985, p.44).

Aproveita-se nessa metodologia para realizar uma revisão bibliográfica. A partir de as consultas a diferentes obras, artigos científicos, revistas, jornais... Por isso vários procedimentos são necessários para que se possa dar continuidade ao estudo desse tema a que se propôs. Visto que, a pesquisa bibliográfica pode cientificamente comprovar a importância de discutir-se a diversidade linguística como instrumento de integração fronteiriça. A bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como E-Books, páginas de web sites.... Acredita-se que é fundamental iniciar-se o capítulo com uma pesquisa bibliográfica, que permite a pesquisadora analisar e avaliar o que já se estudou sobre o objeto de estudo. Já que, apenas levantar hipóteses não dá, pois existem os meios para chegar a um determinado fim.

Sensibiliza-se com a concepção do professor Demo (1985), ao narrar sobre metodologia, que “é um elemento que instrumentaliza os procedimentos a serem tomados na pesquisa, possibilitando o acesso aos caminhos do processo educacional e científico”. Além disso, como mestranda e docente entende-se que há a necessidade de pesquisar-se sobre a competência humana de valorizar a diversidade linguística fronteiriça, na realidade social e educacional. Para que a pesquisa oportunize aos falantes, da zona fronteiriça a fim de que possam obter a interculturalidade, a empatia, a alteridade, a resiliência e respeito ao idioma

de outros povos e a diversidade linguística, bem como os saberes linguísticos e culturais. Para Demo a pesquisa é:

Um fator que deve ocupar espaço cada vez maior nas instituições de ensino, uma vez que, promove o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem aos estudantes o desenvolvimento de objetivos de diferentes níveis, tanto conceituais, como procedimentais” (DEMO, 2009).

Enfim, valer-se-á novamente de uma revisão de literatura em leis, artigos acadêmicos e outras publicações midiáticas para realizar-se um fichamento bibliográfico como uma das etapas. Isso, com certeza é imprescindível. A metodologia, também será de natureza qualitativa, visto que, “a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto” (OLIVEIRA, 2011, p. 24). Tendo como base qualitativa a percepção do fenômeno simbólico dentro do seu contexto sociocultural, a partir do que disseram alguns moradores da zona ribeirinha sobre essas relações sociais, históricas e religiosas dessas municipalidades, pois foram atores populares que vivenciaram muitos acontecimentos nesse espaço geográfico e nos entornos das margens do rio Uruguai. Salienta Goldenberg em relação a importância da pesquisa científica que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados se valem de diferentes abordagens (GOLDENBERG, 1997).

Percebe-se que a preocupação em se realizar essa pesquisa não é a de quantificar, medir, mas tentar compreender como ocorreu no século passado a integração fronteiriça entre ambas as municipalidades e as suas respectivas comunicações interlinguísticas. Para que na atualidade, o processo de ensino aprendizagem em instituição pública, em tempos pandêmicos observa-se o que está sendo feito para propiciar condições de melhoria de diversidade linguística fronteiriça em tempos difíceis e nebulosos, na área das linguagens e na contrapartida a discussão e afirmação da relevância da escolha do espanhol como Língua Estrangeira. Aprende-se que na pesquisa qualitativa: “Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria”. (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

No decorrer das subseções desse capítulo a partir de leituras e das informações recebidas por meio de *lives* e mídias digitais, que se observa no decorrer dos dias recentes pode abordar-se e pontuar-se algumas considerações, partindo-se do contexto do cotidiano e das relações sociais e culturais para realizar-se com mais segurança e credibilidade

argumentos baseados em fatos atuais. Por isso nesse pretende-se utilizar-se da abordagem argumentativa sugerida pelo autor Secchi. Os argumentos realizados são embasados na abordagem argumentativa. “As análises argumentativas vieram para adaptar a produção do conhecimento de política pública à lógica política, para ganhar mais conhecimento útil, temporal e orientado para a ação” (SECCHI, 2016). Logo, nesse também serão utilizados argumentos favoráveis ao objeto de estudo deste, que são a escuta das entrevistas, as observações, os relatos de populares e as experiências, já vivenciadas pela docente e pesquisadora sobre a relevância da valoração da diversidade linguística fronteiriça pela ideia de proximidade, de facilidade de aprender os idiomas. Porque visualiza-mais pessoas argentinas⁴ nos mercados, nos passeios turísticos do que americanos ou europeus.

Também a pesquisa será de natureza mista, quanti e qualitativa, para Richard (apud OLIVEIRA, 2011, p.25): “a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades da coleta de informações quanto no tratamento de coletas de dados por meio de técnicas estatísticas. A referida abordagem de cunho quantitativo trabalha os dados que foram pesquisados para iniciar-se essa contextualização da realidade tendo como pano de fundo a Covid-19. Foram expostas as coletas de dados estatísticos pesquisados em relação a pandemia em sites. Logo, a finalidade para o término desse é que ao pesquisar-se, investigar-se e digitalizar-se os dados de fontes históricas, jurídicas seja possível fomentar esse tema.

3. UM DIÁLOGO FRENTE AO IMPACTO PANDÊMICO

Infelizmente muitas pessoas não percebem a situação calamitosa em que a sociedade enfrenta hoje. Porque essa pandemia prejudica o desenvolvimento regional de as municipalidades São Borja situada na Fronteira Oeste do RS, Brasil. E Santo Tomé, Província de Corrientes, Argentina. Atualmente os municípios não podem integrarem-se e nem realizar trocas culturais, linguísticas e religiosas presencialmente. Pois a trafegabilidade para turismo, passeios, viagens estão impossibilitadas diante da pandemia. E mesmo assim há cidadãos, que não acreditam que devem cumprir com as medidas preventivas para evitar o contágio do coronavírus.

Porque o Covid-19 iniciou-se em nível internacional, passando a nível nacional, estadual e municipal. Entretanto cada esfera passou a avaliar e a monitorar, no caso da municipalidade são-borjense pela governança local por meio de o Boletim Epidemiológico da Prefeitura Municipal (JORNADA, 2020).

⁴ Avalia-se que o turismo são-borjense ou a passagem fronteiriça visando passeios ao litoral gaúcho ou catarinense está impossibilitado desde o ano passado pelo problema global a Covid-19. Por causa desse vírus turistas não podem atravessar a Ponte de Integração até o presente momento. Esse é um fator que inviabiliza o desenvolvimento regional fronteiriço.

Verifica-se que por parte de alguns atores públicos, políticos, privados, religiosos ou demais da sociedade civil brasileira demonstram ainda nesse ano a insensibilidade e a falta de confiança para com a pesquisa científica. Ela continua realizada pelos cientistas e pesquisadores (as) diante do impacto pandêmico. Ou seja, utilizam-se de negar a relevância da utilização de máscaras e de manter um distanciamento social e de evitar o aglomeramento, infelizmente ainda nos dias recentes. A fim de registros históricos à posteridade, corrobora-se em narrativas discursivas, ao iniciar-se esse. Narrando-se, que mesmo vivendo-se em tempos de crise pandêmica, no qual há a necessidade de cumprir com as medidas preventivas, que atualmente são exigidas pelo órgão da Secretária da Saúde, discutem que é não necessário cumprir tantos protocolos, pois basta tomar medicações que se curam.

No entanto, ainda não existem remédios comprovados cientificamente que previnem e melhoram o tratamento da Covid-19 dos pacientes comidos por essa enfermidade: Verifica-se que: ⁵“A pandemia do novo coronavírus já no Brasil atingiu 15.627.243 contaminados e 453.751 mortos. Os dados são da Universidade Johns Hopkins”. Hoje⁶, “no município de São Borja, situada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul segundo o Boletim Epidemiológico está registrado os seguintes dados coletados e estatísticos de que há 7 919 casos confirmados e 210 óbitos até a presente data”.

Constata-se que para o bem-estar da coletividade, graças à vitória da ciência em curto espaço de tempo cientistas do mundo inteiro se propuseram pesquisar, testar, comprovar e registrar imunizantes contra o coronavírus. No caso do Brasil são registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ela é uma agência reguladora, sob forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde. Por enquanto, observa-se que há duas vacinas, as quais foram aprovadas para “uso emergencial: a CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório Sinovac em parceria com o Instituto Butantan (IB) e a vacina Oxford, desenvolvida pela AstraZeneca-Universidade de Oxford em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)”. São esses os imunizantes⁷ contra a Covid-19 que estão sendo aplicados no país. Mas na municipalidade são-borjense são poucos os sujeitos imunizados até o presente momento.

Não teria como dialogar sobre a melhoria de integração regional sem refletir sobre quais demandas de políticas públicas de saúde e de educação estão sendo ofertadas ao público-alvo que se destina esse. “A essência conceitual de políticas públicas é o problema público” (SECCI, 2010). Os Profissionais de Educação para desempenhar à docência necessitam também de saúde mental, física e emocional. “O problema público é a diferença

⁵ Retirado da VEJA Coronavírus news.veja@emailabril.com.br Acesso no dia 17.05. 2021.

⁶ Encontra-se registrada na página eletrônica m.facebook.com Ou seja, na página do Facebook da Prefeitura Municipal de São Borja-Coronavírus- 16.05.2021

⁷ Retirado de g1.globo.com BEM-ESTAR VACINA Pesquisa feita no dia 12/04/2021 20h 07min

entre a situação atual e uma situação ideal possível à realidade pública” (SECCHI, 2010). A política pública educacional necessita de diferentes atores para o enfrentamento dessa crise sanitária. “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2015). Para resolver esses problemas necessita-se de dados, recomendações de infectologias e de medidas preventivas cabíveis ao enfrentamento nas aulas. Cada instituição pública deve tomar os cuidados necessários exigidos. A fim de dar suporte intelectual e emocional às crianças e adolescentes quando estiverem em exposições presenciais. Porque os (as) discentes necessitam de cuidados, de proteção e de atendimentos individuais e coletivos que respeitem a sua singularidade e a bagagem de conhecimento prévio que trazem consigo à instituição escolar pública para que possam ter a garantia de seus direitos sociais legitimados.

Em tempos pandêmicos como vive-se ainda nesses dias atuais em que algumas escolas, já não permanecem totalmente fechadas, mas não exige a obrigatoriedade presencial da criança ou do jovem. São os familiares quem decidem se retornam à aula ou não. Alguns acreditam que sem as aulas presenciais podem preservar as vidas. Existe uma decisão muito conhecida, que é a de Laswell: “decisões e análises de políticas públicas implicam em responder as questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz?” (SOUZA,2006) Embora continue sendo disseminada informações à população, mais conhecimentos e alertas de como se proteger ao sair casa, quem precisasse trabalhar. Sabe-se que ao se proteger há meios de evitar-se o colapso do Sistema Único de Saúde (SUS), novamente. Ele foi criado pelos constituintes de 1988, na 267ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, subordinado ao Ministério da Saúde.

Por esse motivo os docentes e os discentes das redes educacionais estão cumprindo com o que determina a Medida Preventiva. No entanto, em casa podem fazer as atividades programadas, que foram enviadas pelos docentes durante esse período de distanciamento social, para não ser infectado (a). Sabe-se que deve ser evitada a aglomeração das pessoas em um mesmo ambiente. Nesse realiza-se apontamentos teóricos e científicos, que evidenciam a necessidade de as escolas ainda estarem fechadas. Ou seja, instituições escolares públicas fechadas para que as vidas humanas sejam preservadas. Porque essa doença é causada pelo Covid-19. Esse vírus tornou-se uma pandemia, espantosa, do século XXI afetando todos os países. Por isso, é recomendável, a partir da política pública de saúde a necessidade de utilizar-se da máscara em lugares fechados. Porque muitas crianças não sabem ainda bem como se cuidar para evitar o contágio.

Crianças e adolescentes necessitam da socialização para sentirem-se mais felizes e confiantes. Será que iriam manter o distanciamento social necessário, na sala de aula? Foram acostumados a emprestar o seu material para quem não tivesse. E se emprestar para alguém

que está assintomático? E ao receber o material emprestado como iria higienizá-lo na sala de aula, caso não tivesse consigo um álcool gel? E professor e professora que tivesse no grupo de risco iria voltar para mediar os conhecimentos com os seus discentes? Entretanto, fazendo uma retomada desse conhecimento prévio, indaga-se se não seria uma decisão inédita, das decisões direcionadas a distanciamentos em larga escala, porque não eram necessariamente, imprevisto, como evidência Cheng et al. (2007) que corrobora afirmando o seguinte: “indicava a possibilidade do desenvolvimento do vírus SARS-CoV, a partir de mutações naturais ou artificiais possíveis na China, bem como a necessidade de se preparar para novos surtos”. Tudo indica que daqui alguns dias haverá o retorno total, às instituições públicas. Questiona-se o seguinte: “A sua escola está pronta à retomada? E de que maneira está utilizando-se da prática pedagógica para pontuar a diversidade linguística fronteiriça?”

3.1 UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE O COMÉRCIO FORMIGA

Ao iniciar-se essa subseção é importante relatar que foram entrevistados uma amostragem de dez populares ribeirinhos. Os quais informalmente responderam sobre questões que ouviram comentários em suas famílias. A indagação era a seguinte: Como se comunicavam os brasileiros ao comprar e ao pagar as mercadorias adquiridas dos argentinos, no Porto Formigueiro de Santo Tomé? Ou seja, observou-se após as narrativas dessas pessoas, que as linguagens eram ferramentas importantes para entenderem-se na comunicação idiomática. Principalmente, nos momentos em que precisavam cruzar o rio Uruguai, na lancha Lolita. Ou em outras para realizarem o comércio formiga. Alguns disseram (dois) que além disso, utilizavam-se de gestos para melhorar o processo comunicativo. Entretanto, oito, desses indivíduos faziam esforço para compreender um ao outro, mas não era tão difícil.

Perceberam que mesmo intercruzando os idiomas conseguiram aprender com o passar do tempo um pouquinho do que os argentinos falavam. Ressalta-se que essa pesquisa investigativa foi apenas um ponto de partida para pontuar hipóteses a fim de verificar se na atualidade há a importância de dialogar-se sobre a relevância da diversidade linguística na zona fronteiriça, na escola. Visto que, com a abertura da Ponte da Integração esse comércio formiga deixou de existir. Conseqüentemente, muitas pessoas que vivia dele passaram a ter vulnerabilidade social pela falta do trabalho informal que existia, naquela época, no século passado. Essa discussão é um contraponto de que há a necessidade de entender-se os idiomas. Cada região do país brasileiro tem sua diversidade cultural. Cada coletividade local tem diferentes peculiaridades de práticas sociais, celebrações, negociações... Seria relevante fomentar na docência sobre esse assunto tanto para realizar-se um paralelo: Como era antes? E hoje como é? Desse modo os discentes poderiam perceber que o idioma é um bem

imaterial. Ou seja, é um patrimônio. A língua demonstra uma relação de poder, porém ela é viva, dinâmica e que está sempre em mudança. A sociedade é passível de mudanças ou de permanências. Atualmente disseminar a diversidade linguística poderiam facilitar a comunicação entre brasileiros e argentinos. Por exemplo, saber entender espanhol é importante às pessoas que trabalham no comércio, nos museus, nos restaurantes etc. A partir da CF/88 o artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I: as formas de expressão; II os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (...) (CONSTITUIÇÃO, 2011).

Observa-se que na proximidade do rio Uruguai alguns são-borjenses são descendentes de indivíduos de dupla nacionalidade. E esses usam a língua materna adquirida com os pais ou avós o espanhol. E como língua adicional o português que é o idioma usado no Brasil. Além disso, foram esses sentimentos de pertencimento e de trocas interlinguísticas que faz com que esses dois povos tenham um vínculo de afetividade, sensibilidade, afeto, ideia de pertencimento, alteridade, identidade, apego ao local e ao rio Uruguai.

Compreende-se a perspectiva de olhar a fronteira através das línguas permite-nos verificar-se que há a possibilidade das práticas cotidianas nas relações comerciais. Entre eles, o processo de utilizar a linguagem é muito relevante para que haja entendimento e desenvolvimento regional. Não há como negociar sem entender o que o outro diz.

O propósito dessa subseção é focar a diversidade linguística fronteiriça, ou seja, sensibilizar-se ao perceber que as línguas se relacionam, cruzam-se e se ressignificam, principalmente nas trocas cotidianas dos povos fronteiriços, mas com relações internacionais muitas vezes bem burocráticas. Pois percebe-se que cada um dos povos ama muito o seu idioma em primeiro lugar. Ressaltam os pesquisadores que também esse município são-borjense foi rota comercial de vários produtos e de erva mate nessa região.

No início do século XIX, São Borja já havia ganhado um destaque singular perante as demais municipalidades da região, especificamente pela sua localização geoestratégica, às margens do importante Rio Uruguai, muito utilizado tanto como rota comercial para escoar produtos missionários (especialmente a erva-mate) como para formar uma importante via de comunicação com o meio exterior ao local (COLVERO, SEVERO,2016).

No caso de pessoas com nacionalidade brasileira, primeiro valorizam a Língua Portuguesa (materna). E depois tentam compreender a Língua Estrangeira, nesse caso o Espanhol. Principalmente os estudantes brasileiros que cruzam a Ponte de Integração para estudar na Argentina em espanhol. Lá utilizam-se da língua espanhola como adicional.

3.2 A DOCÊNCIA, A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E A POLÍTICA LINGUÍSTICA

Como docente de Formação, Mestranda e Pesquisadora pesquisar elementos cujo vestígios linguísticos do guarani, do espanhol e do português são importantes, na contemporaneidade, para o legado da posteridade. Deve ser instigada e valorizada a política linguística, pelo viés educação pública, na escola. Analisa-se que nos processos de desenvolvimento comercial e regional as atividades religiosas, os encontros culturais nos quais os cidadãos para se conhecerem tem de utilizar a fala para se expressar pode muitas vezes sentir-se tímido. Para muitos já é difícil falar a própria língua materna. Imagine falar com uma pessoa desconhecida estrangeira e argentina um espanhol coloquial sem ter tido na instituição pública o mínimo de conteúdo programático sobre esse idioma. Como ser um falante sem que essa pessoa tenha esse conhecimento linguístico.

Nesses espaços fronteiriços são praticadas trocas simbólicas, mas tem de haver o uso das linguagens. Para que haja a interação social. Mesmo que sejam de diversidade linguística um pequeno entendimento do discurso do outro deve ser entendido para isso usa-se da empatia. Ou seja, procurar conhecer o diferente e respeitar a língua do outro é uma excelente iniciativa e deve ser iniciada na instituição pública. Observa-se que os homens nascem, crescem e desenvolvem-se. Todos estão sujeitos às misérias, às riquezas, às dores, às depressões etc. Porém são incluídos a eles os direitos, isto é, a igualdade e a diferença. Cada cidadão tem direito de pertencer a um grupo e nesse grupo ser peculiar.

Ser cidadão não tem apenas a ver com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades (CANCLINI,1977).

A questão a ser discutida após as ilustrações das práticas sociais fronteiriças é de realizar-se um registro de que muitos discentes não têm conhecimento da existência desse processo de estruturação de diversidade linguística, dessa região missioneira e fronteiriça. Entretanto, relata-se que nessa época embora tempestiva, a educação sofre um impacto frente a Covid-19. Sente-se a necessidade de dar continuidade ao Projeto de Pesquisa inicial que foi defendido para obter-se a aprovação a discente do Mestrado Profissional de Política

Pública, da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS. Aproveita-se esse para realizar uma retomada de discussão sobre a atualidade. Desse modo foi perceptível que as municipalidades poderiam desenvolver-se internacional e regionalmente.

Na contemporaneidade foi expedida a Portaria Nº 125, de 21 de março de 2014, p.45. por meio do Ministério da Integração Nacional na tentativa de estabelecer o conceito de cidades gêmeas nacionais. “São núcleos urbanos relativamente interdependentes localizados de um lado e de outro dos limites transfronteiriços que apresentam vetores, tanto, convergentes, derivados do elevado potencial de integração transnacional”. Necessita-se valorizar-se a diversidade linguística fronteiriça na cidade gêmea de São Borja/RS. É legitimada essa discursividade pelo amparo jurídico legal, isto é, por meio do Decreto Lei 8.636/2016. Nele é contemplado o direito à educação. Visto que as cidades gêmeas têm uma relação histórica, econômica, plurilíngue, cultural, social e interligadas pela infraestrutura. Nela encontra-se registrada a obrigatoriedade do ensino de História e Geografia para os fronteiriços utilizando-se de ambos os idiomas para uma melhor compreensão. Observa-se essa necessidade, visto que foi dialogado no Curso Internacional I Comitê de Integração Fronteiriça São Borja-RS/ Santo Tomé-Ctes, no qual foi discutida na Comissão de Educação, Cultura e Universidades essa questão em relação a diversidade linguística e futuros convênios que poderiam concretizar-se em intercâmbios de zona fronteiriça.

Já que uma melhor compreensão da diversidade linguística pode propiciar condições de Integração regional e melhores relações comerciais, educacionais e culturais entre ambos os municípios. Percebe-se que na aquisição de uma segunda língua, a (o) aprendiz quando assinala a regra de uma estrutura linguística analisa o seu uso inadequado e acessa o saber. Sobre essa língua é exposto formalmente. O portunhol⁸ pode ser entendido como uma passagem do português para o espanhol por estudantes brasileiros, porém não cabe ao contrário. Sendo o “dialeto fronteiriço uma prática linguística, que se estabelece na fronteira variando de acordo com cada situação fronteiriça. O saber é internalizado” (ELLIS,1997).

O papel da distância linguística na transferência da língua materna para a língua estrangeira, afirma que há uma influência psicotipológica, ou seja, as percepções ou crenças que os alunos têm sobre o distanciamento linguístico entre a LM e a LE influenciam fortemente no aprendizado da língua alvo. Quanto mais próximas são a LM do aluno e a LE que ele está aprendendo (KELLERMAN,1977).

⁸ Sturza (2006, p.122) aponta que o termo portunhol entendido como um processo de aprendizagem aparece em alguns discursos acadêmicos como os da linguística aplicada.” Designa uma prática linguística deficitária, uma passagem entre uma língua e outra, por isso nem uma língua nem outra. Nesse caso, não está significada por se constituir em uma relação entre línguas tal como ocorre com as línguas da fronteira”.

Além disso, a integração regional constitui-se em extraordinária forma de fortalecimento institucional dos municípios fronteiriços, a partir de processos participativos, com o objetivo de diminuir as desigualdades e buscar o efetivo desenvolvimento. A atuação dos municípios torna-se decisiva porque é a partir do local e do seu entorno que se processa acentuadamente a integração regional na faixa de fronteira, por isso urge a necessidade de dialogar nas instituições públicas de Educação Básica a diversidade linguística fronteiriça como oportunidade de integração regional.

De tal modo, a formulação de diferentes políticas para a cooperação, integração e desenvolvimento das localidades situadas em faixa de fronteira vem sendo estimulada pelos governos do Brasil e Argentina, a exemplo da Lei Federal nº 26.523/2009 da República Federal Argentina e do Decreto Federal da República Federativa do Brasil nº 8.636, de 13 de janeiro de 2016⁹, cuja proposta é facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e impulsionar sua integração por meio de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação.

Percebe-se que atrelado ao tema há muitos vieses que merecem posteriormente ser elencados. Pensar no que diz o artigo 21 da CF/88 é de real significados estabelece que é competência de a União manter relações com outros Estados estrangeiros, por meio da celebração de tratados internacionais. (SOUZA,2006): “Dye sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Como futura Mestre em Políticas Públicas, espera-se que haja políticas públicas educacionais, que viabilizem um progresso no processo ensino aprendizagem de diversidade linguística fronteiriça.

Para isso é necessário verificar-se se os docentes estão aplicando a intervenção pedagógica diária de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. No PCN (1997, p. 43) lê-se que: “A pesquisa sobre a língua escrita chegou ao Brasil em meados dos anos 80, revolucionando o ensino da língua nas séries iniciais, provocando uma revisão do tratamento dado ao ensino e à aprendizagem em outras áreas do conhecimento”. A fim de obter-se êxito na sala de aula, em língua portuguesa, com cada discente, é imprescindível respeitar singularidade e o ritmo próprio, utilizando-se das exigências contidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Nele salienta a importância de alimentar o estabelecido em Lei, “visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações de poder público”, instigando-se dessa forma os objetivos de “erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica

⁹ COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - Edição Especial II SNDR, jan. 2019

e tecnológica do país” (CF/88, Art. 2014) “A efetivação das políticas públicas de educação envolve e depende do envolvimento de ações de diversos segmentos relacionados à educação. São produtos da interação entre ações governamentais e os diversos sujeitos educacionais” (CORDIOLLI, 2011).

Para fins de recorte espacial, percebe-se que o Brasil e a Argentina, após o Tratado de Assunção, em 1991, com a criação do MERCOSUL, continuaram estreitando as suas relações internacionais exercendo influências em virtude de suas aptidões de governabilidade¹⁰ política sobre limites fronteiriços. Sensibiliza-se ao notar-se que a população de ambas as municipalidades, até mesmo por causa da mobilidade espacial, dissemina informações por meio de rede ou de integração, utilizando-se do entendimento idiomático e de práticas culturais e sociais, que os seus povos originários guaranis preservaram seu idioma materno. (CALVET, 2007): “A política linguística é inseparável de sua aplicação”, isto é, quando Estados definem uma política linguística, faz-se necessário, também, definir as ações que podem ser alimentadas na pauta geral das discussões governamentais, que permitirão a efetivação de tal política. (CALVET, 2007) afirma que “as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades”.

Consequentemente é função da Política Linguística, enquanto área do conhecimento, clarear esses laços estreitos fronteiriços, pois o não-fazer em política também é um fazer político. Logo, é sabido que a situação de bilinguismo imprime na fala de uma região graus distintos de complexidade, gerando expressões híbridas, criações lexicais, sotaque marcado por influências de línguas vizinhas, sem contar a diversidade de situações que precisam ser levadas em conta, especialmente no sistema educacional das zonas de fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sensibiliza-se com a educação, pois segundo o Artigo 205 a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mesmo em tempos pandêmicos estão sendo contemplados os aprendizes com educação. Docentes trabalham em duplas jornadas a fim de propiciar atividades que os contemplem. Visto que, a escola deve ter como prioridade a valoração de a diversidade

¹⁰ Governabilidade: qualidade de governável. Controle, por alguns meios, de modo que um conjunto de resultados seja obtido.

linguística para os (as) discentes, pois todos devem receber educação de qualidade, nas instituições públicas.

Na atualidade urge a necessidade de melhoria de qualidade linguística de ensino e busca-se para sanar a problemática oferecer as diversas linguagens como forma de ajudar rever os objetivos, refletindo sobre a prática pedagógica, preparando um planejamento idiomático bilingue a fim de orientar o trabalho em sala de aula, para que possam valorizar a língua materna e respeitar a língua estrangeira fronteiriça.

Para demonstrarem uma melhor participação nas Atividades Complementares, da Escola de Tempo Integral, que é um Programa Governamental que propõe o espaço do uso de Língua Estrangeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Sabe-se que os educandos devem obter uma melhoria educacional, na escola, por meio de conhecimentos de diversidade linguística entre outros, mas ainda se observa que há discentes que chegam no Terceiro Ano, das Anos Iniciais do Ensino Fundamental sem estar alfabetizado. E aprender uma Língua Estrangeira desde pequeninos de maneira lúdica pode aguçar a curiosidade; melhorar a autoestima e autocontrole; ser uma motivação etc.

Propiciar condições para que o discente valorize a sua língua materna, aprenda também a respeitar e apreciar o espanhol, como segunda língua, de zona fronteiriça, para que não fique estagnado no tempo sem ser utilizada essa língua, pois foi um recurso cambiante muito utilizado nesse território fronteiriço, no comércio formiga, na Procissão da Nossa Senhora dos Navegantes, no carnaval etc.

Assim, propiciará condições de melhoria nas habilidades linguísticas, dos discentes, para sanar essa falta de aprendizagem linguística, poderá ser contemplada a partir do bilingue regional propiciado pelo Mercosul e colocado em prática. Segundo a Emenda Constitucional¹¹, que acrescenta ao artigo 215 da CF/88 instituindo o Plano Nacional de Cultura, o qual pontua no parágrafo I, “defesa e valorização do patrimônio cultural” e II “produção de bens culturais” socializar e integrar esses conhecimentos de integração é imprescindível.

O idioma é um bem cultural intangível e a população tem de ter conhecimento desses saberes. Inclusive alguns discentes brasileiros também realizam intercâmbio regional educacional, artístico e cultural entre ambos os povos brasileiros e argentinos, por meio de permutas, estudos em graduações, na Argentina e apresentações artísticas. Ou seja, a fim de valorizá-los como bens patrimoniais imateriais, nas diferentes modalidades de ensino de Educação Básica.

Portanto, ainda há pontos relevantes para continuar-se essa discussão de que a diversidade linguística fronteiriça deve ser contemplada nas instituições, mesmo que o

¹¹ Emenda Constitucional nº 48 de 2005. Brasília, 10 de agosto 2005.

Espanhol, não foi contemplado na Base Nacional Comum Curricular, infelizmente. Na fronteira é muito importante aprender, mesmo em tempos pandêmicos. Registra-se que se vive em épocas difíceis.

Há uma ampla desigualdade de alunos (as) em diferentes situações econômicas. Tem aprendizes que nem tem acessibilidades as tecnologias. Fica restrito o acesso remoto a educação digital. Por isso são importantes as demandas de políticas que pudessem investir na educação com programas governamentais que contemplem o bilinguismo fronteiriço.

Urge a necessidade de políticas públicas que ofertem condições sociais e culturais para que haja democratização de acesso digital. Como docente de formação constata-se que a estrutura tecnológica ainda traz muitas dificuldades, pois uns discentes não possuem acesso, enquanto outros acostumados ao sistema presencial, não tem interesse nas aulas síncronas.

Poderá haver alta evasão escolar, diminuir a aprendizagem, nas linguagens, a socialização etc. Enquanto muitos optam pela retirada do material impresso, mas não fazem a devolutiva do material. É tempo de semear afeto, empatia, resiliência, amorosidade, pois só a educação constrói e transforma à sociedade.

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1 a 6/94. -Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. **PCN: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, 2004.

_____. Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 JAN.2001.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola: IPOL, 2007.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

CANZA, I; VARGAS, M.A. **A autonomia dos municípios brasileiros e o desenvolvimento da integração regional de fronteira**. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - Edição Especial II SNDR, jan. 2019.

CHENG, Vincent C.C. et al. **Severe acute respiratory syndrome coronavirus as an agent of emerging and reemerging infection**. *Clinical microbiology reviews*, v. 20, n. 4, p. 660-694, 2007.

CORDIOLLI, Marcos Antonio. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpx, 2011.

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Formação Docente para a Diversidade**. Curitiba, PR:IESDE,2018.

COLVERO, R. B.; SEVERO, M. **A construção e a disputa pela hegemonia patrimonial em São Borja (RS): de primeiro dos Sete Povos Missioneiros à terra dos presidentes**. Revista Confluências Culturais. V.5, p. 43, 2016.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

JORNADA, E. F. A Covid e as Demandas Estratégicas de Políticas Públicas Educacionais de Zona Fronteiriça. IN: ALMEIDA, VARGAS; ed. **Educação & Transformação Social: (re) unindo práticas de ensino, pesquisa e extensão**, Bagé / RS: Faith, 2020, p. 139-163.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas de administração**. 2011. 72f. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

PINTO, M.; AZEVEDO, D. S.C.; CEOLIN, L. **Realidades Socioespaciais na região ribeirinha entre São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina**. Ano XVI, V. XVIII/ Rio de Janeiro, p.1- 25, 2020.

PINTO, Muriel. **“Primeiro dos Sete Povos das Missões” a “Terra dos Presidentes”: Uma Análise das Políticas e Representações do Patrimônio na Cidade Natal de Getúlio Vargas**. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.6, n.2, p. 250-275, dez. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. IN: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p.35-39.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-215, 1992.

RANKEL, Luiz Fernando. **Profissão Docente**. Curitiba, PR:IESDE S/A.,2016.

ROMANOSWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização docente**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Cengage Learning,

SCHERER JUNIOR, Charles; CHIAPPINI, Carolina G. **Fronteiras Culturais: algumas considerações sobre o tema**. Revista Eletrônica CELPCYRO, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologia. Porto Alegre, ano 8, nº16, jul /dez 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisas**, Caderno CRH 39: 11-24, 2003 PASSERON, Jean-Claude. 1991. Le Raisonnement Sociologique. L'espace Non-Popperien du Raisonnement Naturel. Paris: Nathan.

STURZA, Eliana. R. **Línguas de Fronteira e Política de Línguas. Uma História das Idéias Linguísticas**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.